

## Entre a primazia do capital e a preponderância da cultura: a questão do imperialismo

Rafael H. Teixeira-da-Silva<sup>1</sup>  
Camila Benatti<sup>2</sup>

### Resumo:

Pretende-se discorrer no presente trabalho a respeito das questões que estão em torno do imperialismo, pois, em um mundo em que o domínio e uso do capital assumem a primazia e que se constata a erupção de inúmeros movimentos questionando as ações imperialistas, este tema apresenta-se, cada vez mais, como uma premissa a ser debatida. Para o desenvolvimento da reflexão, serão analisadas três abordagens a respeito do imperialismo, sendo duas voltadas à questão da centralidade do capital e do território, e outra voltada essencialmente à relação com a cultura. Após concretizar este corpo de doutrina, foram levantadas algumas indagações sobre como essas diferentes abordagens dialogam, se existe uma complementaridade entre elas e qual a importância da abordagem cultural do imperialismo. O debate é inaugurado com Lênin e sua teoria sobre a nova etapa do capitalismo. Em seguida, são expostos os novos fundamentos imperialistas apresentados por David Harvey e, por fim, são acrescentadas as contribuições da centralidade da relação entre cultura e imperialismo defendidas por Edward Said. Finalmente, defende-se que a dimensão cultural é um fator imprescindível para apreensão da complexidade dos elementos corolários ao imperialismo.

**Palavras-chave:** Imperialismo; Cultura; Território.

### Abstract:

This essay seeks to discuss the issues surrounding the imperialism. Since we live in a world where the domain and use of capital take precedence, and that innumerable movements emerged questioning the imperialist actions, this subject is presented, increasingly, as a premise to be debated. For the development of a well-grounded reflection, three approaches will be analyzed regarding imperialism. The first two facing the question of the centrality of capital and territory in imperialist theories, and another focused primarily on its relationship with culture. After achieving this body of doctrine, we will raise some questions about how these different approaches dialogue, if there is a complementarity between them, and what's the importance of cultural approach concerning imperialism. The debate begins with Lenin and his theory on the new stage of capitalism. Thereafter we expose the new foundations of

<sup>1</sup> Doutor em Geografia - UNESP/Rio Claro.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia - Universidade Federal do Ceará

imperialism presented by David Harvey and at last, the contributions of the centrality of the relationship between culture and imperialism defended by Edward Said are added. Finally, it is argued that the cultural dimension is an essential factor to grasp the complexity of the corollaries elements of imperialism.

**Keywords:** Imperialism; Culture; Territory.

## Introdução

Pretende-se discorrer no presente trabalho a respeito das questões que estão em torno do imperialismo, pois, em um mundo em que o domínio e uso do capital assumem a primazia e que se constata a erupção de inúmeros movimentos questionando as ações imperialistas, este tema apresenta-se, cada vez mais, como uma premissa a ser debatida. Para o desenvolvimento da reflexão, serão analisadas três abordagens a respeito do imperialismo, sendo duas voltadas à questão da centralidade do capital e do território, e outra voltada essencialmente à relação com a cultura. Após concretizar este corpo de doutrina, será possível levantar algumas indagações sobre como essas diferentes abordagens dialogam, se existe uma complementaridade entre elas e qual a importância da abordagem cultural do imperialismo.

No sentido de alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho apresenta num primeiro momento diferentes abordagens a respeito do imperialismo e, consecutivamente, uma breve análise destas. Para iniciar a temática, recorreremos a Lênin (2011) e sua teoria sobre a nova etapa do capitalismo. Em seguida, são expostos os novos fundamentos imperialistas apresentados por David Harvey (2004, 2007) e, por fim, são acrescentadas as contribuições da centralidade da relação entre cultura e imperialismo defendidas por Edward Said (1995). Finalmente, defende-se que a dimensão cultural é um fator imprescindível para apreensão da complexidade dos elementos corolários ao imperialismo.

## **O imperialismo em Lênin – nova etapa do capitalismo.**

Para iniciar de fato o debate sobre o tema, é necessário recorrer a alguns estudiosos que são essenciais para compreender a questão do imperialismo. Dentre eles, Lênin se destaca por analisar o imperialismo como uma nova era econômica do capitalismo.

Com base em estatísticas industriais, Lênin (2011) começa sua análise percorrendo sobre o rápido processo de desenvolvimento industrial e de concentração da produção. Tais processos teriam levado a uma nova forma de capitalismo que começa nos princípios do século XIX. Essa nova era de formação e consolidação dos cartéis é análoga à concentração da produção, sendo que sua composição pode ser dividida em três momentos: 1. De 1860 a 1870, ocorre a vasta expansão da livre concorrência; 2. Após 1873, incipiente desenvolvimento dos cartéis; 3. Crescimento no fim do século XIX, seguido pela crise até 1903 (transformação do capitalismo em imperialismo).

Segundo Lênin (2011), no antigo modo capitalista, prevalecia a livre concorrência e a exportação de mercadorias, enquanto no capitalismo moderno predominam o monopólio e a exportação de capital. Esta exportação de capital ocorre, de modo geral, para países “atrasados”, onde a possibilidade de lucro é maior devido à escassez de capital, aos baixos salários e ao baixo preço da matéria prima. Desse modo, o imperialismo não é uma interrupção do antigo modo capitalista, mas se manifesta, na verdade, como desenvolvimento e consequência direta dos aspectos fundamentais do capitalismo geral. A transição para esse regime superior é marcada pela junção do capital financeiro dos grandes bancos com o capital das associações monopolistas industriais e, ainda, pela política colonial de propriedade monopolista dos territórios do globo.

Brevemente, podem ser enumeradas algumas características fundamentais do imperialismo:

- 1) A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira;
- 3) A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e;
- 5) O termo de partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2011, p. 218).

Ao dar continuidade sobre o debate do imperialismo, Lênin (2011) julga compulsória a citação de Kautsky, considerado como o principal teórico marxista da Segunda Internacional. Kautsky se posicionou contrário aos ideais de Lênin, entendendo o imperialismo como uma política e não uma “fase” do capitalismo. O imperialismo é visto por Kautsky como um produto do desenvolvimento do capitalismo industrial, baseado na inclinação das nações capitalistas industriais em incorporar regiões agrárias, independentemente das fronteiras nacionais. Contudo, para Lênin (2011), esta definição resulta em nenhum benefício para a compreensão do imperialismo, além de colocar em primeiro plano, de modo equivocado, o capital industrial e a anexação de regiões agrárias. Uma de suas principais características é justamente o protagonismo do capital financeiro e a tendência para anexações, que está correta, segundo o autor, porém não se restringe às regiões agrárias, compreendendo também às industriais.

A interpretação de Kautsky sobre o imperialismo é inconveniente e inoportuna para Lênin (2011), devido ao fato desta servir de base para todo esquema de concepções que se afasta da teoria marxista e de suas práticas. Nesse âmbito, Lênin (2011) busca analisar o chamado “ultra imperialismo” proposto por Kautsky, o qual teria origem no fim da concorrência entre as nações imperialistas e a união destas. O autor considera essa teoria um “ultra disparate”, pois contraposta com a realidade econômica mundial do início do século XX, é possível corroborar o acirramento violento entre as principais

nações imperialistas – Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos – e, ainda, o surgimento de novas potências imperialistas, como o Japão, intensificando tal disputa.

Um fato interessante e peculiar ao imperialismo foi a diminuição da emigração nos países imperialistas e o crescimento do fluxo migratório para estes, partindo predominantemente de países “atrasados”. Essa tendência imperialista levou ainda à formação de categorias favorecidas entre os operários, que se manifestou muito antes do fim do século XIX, principalmente na Inglaterra. Nesse sentido, a relação entre imperialismo e migração ainda hoje tem sido objeto de estudos que buscam contextualizar, por meio de uma visão marxista crítica, a migração laboral na atual conjuntura de desenvolvimento capitalista e imperialista (DELGADO-WISE, 2009; 2013).

Por fim, Lênin (2011) estabelece as particularidades históricas relacionadas a esse período de transição para o capitalismo monopolista, que veio modificar as estruturas econômicas e sociais da sociedade. O autor designa quatro variantes cruciais do imperialismo: a) a centralização da produção num estágio superior de expansão; b) o comando e monitoramento, cada vez maior, das fontes de matérias-primas mais relevantes, exacerbando as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada; c) a sua gênese vinculada categoricamente à política desenvolvida no período colonial, marcadas por conflitos pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capital nas “esferas de influência” e pelo combate por territórios em geral ; d) a constituição de uma oligarquia financeira que detém o poder sobre a trama que envolve relação e dependência de todas instituições econômicas e políticas da sociedade contemporânea.

### **O novo imperialismo – uma contribuição de David Harvey.**

Apesar dos contributos de Lênin para uma teoria do imperialismo, o estudo empreendido por este autor não é apropriado para compreender coerentemente o imperialismo nos dias de hoje (HARVEY, 2007). Após a

apreensão dos principais aspectos do imperialismo na perspectiva de Lênin, forjada no contexto de fim do século XIX e começo do século XX, tornou-se necessário atualizar o debate e expor como outro autor traz à tona conceitos e categorias, que revisitados, podem contribuir para compreender a atual lógica imperialista. Por conseguinte, uma das grandes contribuições para a temática, que apresenta uma nova interpretação do capitalismo moderno (CLAVAL, 2013), foi efetuada por David Harvey (2004) em “O novo imperialismo”, no qual o autor afirma que, a partir do fim da Segunda Guerra, ocorre o declínio do império inglês e a eclosão dos Estados Unidos como grande potência, instaurando uma nova forma de imperialismo.

Fundamentado pelo aporte teórico metodológico materialista histórico-geográfico, Harvey (2004) define a conjuntura norte-americana dos anos 1990, marcada pela corrupção política, inúmeras fraudes e escândalos corporativos, crescimento do desemprego e da desigualdade social, fragmentação da sociedade, entre outros. Desde o fim da Guerra Fria, os EUA não tinham um inimigo inequívoco, o que estava levando o país à perda de coesão, fato que sofreu uma reviravolta com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001. Este episódio corroborou tanto para a afirmação de um propósito nacional, quanto para um novo posicionamento geopolítico de controle militar do Oriente Médio – e assim, o estabelecimento do controle da economia global como um todo. Contudo, deve-se ter em mente que as ações imperialistas desencadeadas pelo 11 de setembro não podem ser vistas somente como uma “guerra ao terrorismo” e muito menos como uma guerra pelo petróleo (SMITH, 2006).

Dentre as diferentes interpretações que o termo pode ter, Harvey (2004) define o imperialismo como a integração contraditória de política do Estado e política do império, tratada pelo mesmo como “imperialismo capitalista”. O autor diferencia, assim, a lógica “territorial” do poder e a lógica “capitalista” do poder, sendo que na primeira a primazia é o domínio do território e de seus recursos; já na segunda, a primazia é o domínio e uso do capital. A convenção entre as duas lógicas é sinuosa e mesmo antagônica como, por exemplo, no caso da

Guerra do Vietnã e na invasão do Iraque, onde tais eventos não podem ser vistos como requisitos para acumulação de capital, pois seria uma visão distorcida e equivocada da realidade. Nesta relação dialética entre essas duas lógicas que reside a contribuição do autor. Ao não privilegiar a argumentação exclusivamente política ou predominantemente econômica, determina que, no imperialismo atual, “predomina tipicamente a lógica capitalista, embora, como veremos, haja momentos em que a lógica territorial venha primeiro plano” (HARVEY, 2004, p. 36).

Ao se basear em Arendt, Harvey (2004) declara que o imperialismo é o primeiro estágio de domínio político da burguesia. Esse fenômeno que marcou a emancipação política da burguesia (ARENDR, 1968) foi baseado em um discurso de caráter racista e de uma dita superioridade racial, no início do século XX, que viria a ser reprimida com a Declaração de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao sair da Segunda Guerra como a potência dominante, os EUA desenvolveram sua forma personalizada de imperialismo sob a égide de uma ordem internacional favorável ao comércio e ao desenvolvimento econômico. O desmantelamento do antigo modo imperialista também significou para Harvey (2004) o ataque aos valores culturais europeus “decadentes”. Contudo, como veremos mais adiante, esse tipo de atitude tem seu início anterior ao imperialismo norte-americano.

Com o endividamento crônico do Estado desde a década de 1970 e a instauração da hegemonia neoliberal, o capital financeiro passou a controlar de modo sistemático os movimentos de classe operária e as ações do Estado. O emprego desequilibrado do capital financeiro como forma de afirmação pelos EUA levou a déficits sem precedentes, tornando o país dependente de ajuda externa de bilhões de dólares ao dia no começo da década de 2000 (HARVEY, 2004). Tal “financeirização” pode ter sido uma manobra autodestrutiva dos EUA, levando o governo Bush a impor um imperialismo declarado, que foi concretizado mediante o domínio militar dos recursos mundiais de petróleo e, ainda, ajudou o país a obter o controle sobre a economia global.

Contudo, as intervenções militares não revelam toda a complexidade do imperialismo. Fundamentado na teoria geral da acumulação do capital de Marx, Harvey (2004) se baseia na acumulação primitiva para perfazer sua ideia de imperialismo como acumulação por espoliação. Assim sendo, a acumulação por espoliação auxilia a solucionar a questão da sobreacumulação, em que excedentes de capital e de trabalho se encontram ociosos. Localizada no cerne das práticas imperialistas, a acumulação por espoliação ocorre por meio da abertura forçada de mercados no mundo todo, às custas de pressões institucionais praticadas via Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Para Harvey (2004), o problema permanente da sobreacumulação eleva a importância da acumulação por espoliação como resolução dominante, levada a cabo por uma política mundial de neoliberalismo e privatização – sendo que esta é associada à desvalorização cíclica e periódica de ativos em diferentes partes do mundo – que se encontra na gênese da prática imperialista contemporânea.

### **Uma outra perspectiva – o limiar entre o imperialismo e a cultura**

Nascido em Jerusalém, criado no Cairo e em Nova York, Edward Said (1995) desenvolveu um relevante estudo no qual almejou pensar e debater sobre uma possível correlação entre cultura e imperialismo. Said (1995) acredita que aquela é mediatizada por questões que abarcam um cariz hierárquico, sustentado por narrações românticas e pela extensa dominação de territórios. O autor demonstra este fato em exemplos da tentativa europeia de dominar povos usando justificativas e figuras retóricas de uma “cultura superior” que deve explorar aqueles que devem ser dominados – os povos orientais e africanos, principalmente. Este quadro veio acompanhado de grande resistência cultural e afirmação de identidades nacionalistas.

É a partir destes eventos, de “um modelo geral de cultura imperial em âmbito planetário e uma experiência histórica de resistência contra o império”, que Said (1995, p. 7) debate um imperialismo de essência cultural e não, pura



e simplesmente, econômico. Este modelo de cultura imperial e uma expressiva formação ideológica foram o que sustentou o poder ocidental sobre os territórios coloniais. A acumulação de colônias, segundo Said (1995), nunca foi tão grande e tão integralizada em toda a história da humanidade, o que de fato causou uma segregação do poder altamente discrepante.

A dominação sustentada via uma teorização cultural foi o que conduziu à uma ideia de reordenação “civilizatória” das colônias. Este processo, o autor definiu como uma “estrutura de atitudes e referências” (SAID, 1995, p. 23). Alimentado por esta estrutura, o imperialismo aglutinou territórios de grandes extensões, recriando, através da retórica de narrações românticas, o imaginário da sociedade de dominados. Esta recriação de pensamentos foi coordenada por um pensamento de que os colonizadores estavam a auxiliar os dominados, levando até eles uma cultura “superior”, novos costumes e uma educação erudita. Deste modo, caso houvesse algum tipo de resistência, esta “estrutura de atitudes e referências” julgava-os como rebeldes, e estes, no caso, deviam ser combatidos com notória violência.

Neste sentido, a cultura é evidenciada numa relação intrínseca com Estado. Esta ligação é regulamentada por um cenário de distinções e classificações dicotômicas: “nós” e “eles”; “superior” e “inferior”; “desenvolvido” e “subdesenvolvido”. Diante deste panorama, Edward Said (1995) propõe uma abordagem diversa da cultura. Assim, a formação cultural seria baseada no acúmulo da história e da experiência humana. Esta nova forma de pensamento permitiria a aniquilação desta ordem classificatória hierarquizada e dualista.

Diante do quadro acima, os territórios dominados eram associados a grandes extensões desconhecidas, ocupados por natureza selvagem e humanos excêntricos. Havia também a ideia imaginativa e fantasiosa em relação à sexualidade, à aventura e à magia (característica literária britânica); ao medo, à surpresa e ao canibalismo (literatura francesa). Era, assim, um campo vasto para propagação de exploração e riqueza.

Com o intuito reforçado de debater esta nova perspectiva, Said (1995) trabalha questões como a tradição, a nacionalidade e a memória. Deste modo,

as tradições são reinventadas para serem preservadas, para eternizar a identidade de uma nação, para manter viva a sua memória. É neste quadro de manutenção e valorização que a cultura é revelada, neste devir de identidades culturais, tradições familiares, história e vivências da sociedade, coletiva e individualmente.

Neste prisma, Said (1995) traz o imperialismo revestido não de um teor puro e simplesmente econômico, mas embasado por uma perspectiva cultural que possui relações simbólicas, mediadas por questões econômicas e de resistências. Para o desenvolvimento do debate, o autor se apoia em características do gênero, classe social e raça. E, ainda, chama a atenção para os estereótipos que são produzidos pela mídia acerca destas características e dimensões materiais da cultura, como tarefas, utensílios, família e divisão do trabalho. Esta produção tem como intuito, novamente, a ordenação de classificações de cultura “inferior”, como vimos anteriormente.

De acordo com Said (1995), o poder da sociedade imperial era fortalecido à medida em que se consolidava o domínio de representar as características coloniais através de discursos e narrativas. A cargo de tal situação, as representações procuravam expor uma sociedade dominada e bem conservada graças à gestão da metrópole, sem a preocupação de agradar ou mostrar o lado positivo dos nativos. Paralelamente ao crescimento do poder europeu, estes passaram a se autoproclamar como o “continente eleito por Deus”, o que em uma sociedade predominantemente católica agregava imenso valor.

Nesse contexto, se desenvolveu então, simultaneamente ao crescimento do controle imperial, um fortalecimento e privilégio da “raça branca”. Essa estratégia de valorização e sustentação da superioridade da “raça branca” era aplicada em todas as dimensões da sociedade, desde a sua aplicação no sistema de ensino até nas ordenações cristãs, darwinismo e idealismo. Partindo de questões como superioridade racial, política e artística, Said (1995) procura demonstrar como a “estrutura de atitudes e referências” influencia todos os aspectos da sociedade. Doravante, o autor afirma que esta influência se dá

antes da formação imperial europeia, e que, portanto, é intrínseca à formação histórica da sociedade humana.

Apesar do controle imperial em larga escala, tamanho poder se perfazia sem resistências. Os europeus persuadiam a população a se inteirar da disputa e a integrar o serviço militar em busca de dominar novos territórios. Imbuídos de formações ideológicas e sustentação do poder, as resistências não eram inexistentes ou mesmo invisíveis. Elas eram presentes, ora ignoradas, ora sem voz, em meio à onipotência imperial das sociedades europeias.

Edward Said (1995) procura apresentar, então, a formação e o significado das práticas culturais do ocidente. Para isto, Said persiste na ideia de que se deve perceber a intensa diferenciação de poder entre o Ocidente e os dominados, para que seja possível compreender profundamente as formas culturais que envolvem o contexto imperial. Estas características culturais e este quadro de hierarquização de poder são evidenciadas, sobretudo, em romances, no discurso etnográfico e histórico, em narrativas, em óperas e poesia. No entanto, quando estas representações literárias e críticas interpretam estas práticas culturais de forma dissimulada, na qual parte de uma ideia imutável da cultura, oculta-se a forma como este poder imperial se sobrepõe um ao outro, e até que ponto os dominados dependem dos dominadores. Desta forma, há uma negligência dos fatos, das formas de poder do imperialismo, trazendo à tona a “estrutura de atitudes e referências” através das narrativas.

Por um outro ângulo, estas narrativas demonstram também um sujeito-autor que mantém laços com o território além-mar: o branco europeu que subtrai vantagens do espaço colonial, que depende dele, de seus prazeres e riquezas. É deste cenário de atitudes que surgiram os romances indianistas, e mais tarde, os discursos africanistas, nos quais são retratadas as comunidades tradicionais e tribelistas, o primitivismo, rituais e o canibalismo.

É interessante notar que no apogeu do imperialismo havia um discurso cultural que se compunha de modo centralizador. Enquanto, se voltarmos a atenção para o pós-imperialismo, é possível visualizar um discurso cultural que

denota uma certa posição de desconfiança e objeção à condição imperial, colonizadora e à exploração. Para Said (1995), no entanto, este caráter cultural não é totalizador e, menos ainda, homogêneo. Porém, observam-se distintas camadas da sociedade atuando juntamente em questões culturais de origem e aspectos diferentes: ora em discordância, ora consentidas às sociedades imperiais do mundo ocidental.

De fato, foi recentemente que os europeus concluíram a objeção que os povos dominados tomaram em relação às ações imperialistas de dominação, e às suas narrativas sobre as tradições e história dos países colonizados. E foi a partir desta percepção que surge um ímpeto de novas reflexões acerca do imperialismo e do colonialismo exacerbado, com ideias de intolerância a tais práticas e estruturas. Neste prisma, os ocidentais imperialistas passaram a ser tachados como criminosos, os povos que disseminaram a violência, extermínios, que praticaram crimes de violência ao ser humano, ao seu igual.

Neste novo quadro de resistências e questionamentos, houve um novo tempo de debates, de reformas governamentais e no regime, reflexões e reavaliações do sistema em voga. O que, no entanto, não impediu que os Estados imperiais continuassem cada vez maiores e mais fortes. A situação que emergiu se baseava num conflito das colônias *versus* ocidente. A questão de ser império foi posta às margens, para dar lugar a um combate em relação ao homem branco e ao ocidente. A partir deste momento foi que se formaram os grandes grupos de luta pela independência, que se perpetuaram após a Segunda Grande Guerra. O pós-guerra foi, assim, o marco da descolonização mundial.

Se, até então a cultura era a matriz do sistema imperial, o seu cerne a partir deste novo prisma passa a ter um novo indutor. Com o surgimento de 49 países africanos, há um cenário de internacionalização, emergidos intrinsecamente, por forças globais como a Guerra Fria, a Igreja e as Nações Unidas (SAID, 1995). Assim, o combate contra o imperialismo passou a ser uma luta de teor universal, a qual impulsionou o aumento da lacuna e distinção existente entre ocidentais e não ocidentais. Portanto, as formações culturais

mantiveram, mesmo após as descolonizações, o caráter de divisão entre os dominados e dominadores. O ápice desta situação foi quando a resistência passou de anti-imperialista para libertacionista. Isto foi possível somente no momento em que os “ex-dominados” perceberam que o ocidente influenciava e impunha sua tradição cultural, seu modo de vida. Foi deste modo que o imperialismo pôde ser constatado como um ato de relações predominantemente culturais.

Contudo, de acordo com Said (1995), o imperialismo não chegou ao fim com a independência das colônias. Segundo este autor, há uma herança e identidade que permanece ligada entre os ex-territórios dominados e seus antigos colonizadores. Prova disto são o grande número de muçulmanos residentes do no continente europeu, o que causa até hoje conflitos e movimentos de notória força.

Outro fato que Edward Said ressalta é nova ordenação do mapa mundial formatada com o fim da Guerra Fria. Isto se torna evidentemente importante por representar o que o autor atenta ao dizer que o imperialismo não chegou ao fim. Se os impérios clássicos perderam sua força, a nova ordem mundial, com o triunfo do Estados Unidos e a fragmentação da União soviética, acabam por evidenciar novas linhas de força.

A força e o poder de influência com que os Estados Unidos ancoram foram excepcionais. E estas não vêm com a ideia de um novo Estado imperial, mas com o ideal de “Responsabilidade Mundial” (Said, 1995). Uma responsabilidade que tenta se impor através de ideais de paz e lei para o restante do mundo. E esta tentativa se implementa de modo unânime e totalizador. O que dá o poderio ao Estados Unidos está na sua capacidade de intervir política e diretamente em sociedades da América Central e do Sul, financiando guerras e golpes de Estado. Estas intervenções acabam por serem vistas como manutenção de ordem e paz nestes países, tendo como seu principal aliado as Nações Unidas.

Por este cenário, é possível apreender um caráter fortemente econômico nesse expansionismo do EUA. Mas, para Said (1995), este poderio está

envolvido por questões culturais igualmente relevantes. Ele vem permeado por crenças e valores, que são difundidos através da posse das tecnologias de informação e comunicação. Os Estados Unidos possuem um controle quase total sobre a difusão das informações de circulação global. E é através dos meios de comunicação que os EUA se fortalecem cada vez mais. O poderio dessas tecnologias possibilita, direta e indiretamente, a inserção e imposição da cultura norte-americana no mundo, desde as suas crenças religiosas até os seriados de televisão. As suas multinacionais detêm o controle da produção, distribuição e seleção das notícias que circulam mundialmente.

Mas, para Said (1995), essa fome por poder vai além. Assim, o autor toca num debate que se alastra por décadas: o conflito contra os árabes e o islamismo. Said (1995) defende ser um combate cultural, exteriorizado por caricaturas e denotação do árabe como terrorista. Isto, de fato, também é possível pela influência das tecnologias de comunicação e mídia que apresentam ao mundo estes estereótipos e fomentando uma guerra xenofóbica. Para Said, o verdadeiro impulsionador desta aversão está ligado às riquezas minerais e ao petróleo, que Said explana em algumas palavras: “Obviamente, o Oriente como terra de poder e promessas é aqui de grande importância”. (SAID, 1995, p. 185).

### **Contrastes, similitudes e ilações**

De modo a introduzir este tema que vem sendo abordado por diferentes autores e áreas de estudos, optou-se por fazer a disposição de alguns dos principais debates sobre o imperialismo e sua relação com a cultura. Partindo do pressuposto que existe uma ligação profunda entre estes dois conceitos, entende-se o imperialismo no presente trabalho como um conjunto de práticas multidimensionais, ou seja, econômicas, políticas e culturais (RUCCIO, 2005). Conforme defende Said (1995), acredita-se que cultura e imperialismo devem ser estudadas de modo integrado para evitar reducionismos, pois, desde seus primórdios, os impérios nunca foram “apenas um fenômeno econômico e

político, mas também cultural” (HOBSBAWM, 2003, p. 73). Nesse sentido, para alcançar o objetivo proposto, serão salientadas as contribuições exercidas por Lênin, Harvey e Said a respeito do imperialismo, tendo em mente as correspondências e discrepâncias nas abordagens e a centralidade da questão cultural.

Partindo de uma das grandes referências nos estudos imperialistas, é notável a contribuição de Lênin (2011) para o desenvolvimento desta área, que o mesmo considerava como o problema principal no âmbito da ciência econômica. Assim, o autor acredita que o imperialismo é o encerramento do antigo modo capitalista e o surgimento de um novo paradigma. Tal paradigma seria marcado pela junção do capital financeiro e industrial, juntamente com a política colonial de propriedade monopolista de territórios. No entanto, acredita-se, na verdade, que surgimento desse novo momento do capitalismo “deve ser considerado o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo” (ARENDR, 1989, p. 168)

Apesar de apontar para a expressão territorial do imperialismo, Lênin (2011) alicerça seu argumento no fato supremo da exportação de capitais terem substituído a exportação de mercadorias e na criação de monopólios que governam a vida econômica. Como demonstrado por Harvey (2004), no imperialismo, o protagonismo incide de modo antagônico e contraditório sobre a lógica capitalista e territorial de poder, sendo que muitas vezes somente a lógica capitalista não se demonstra suficiente para explicar ações imperialistas. Neste estágio de dominação burguesa, “a exportação de dinheiro e o investimento no exterior não constituem, por si, o imperialismo e não levam necessariamente à expansão como mecanismo político” (ARENDR, 1989, p. 179)

Dentre as lacunas na teoria de Harvey (2004), é citado pelo próprio autor que o “novo imperialismo” poderia “não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos” (HARVEY, 2004, p. 148). Os méritos da teoria deste autor estão em oferecer uma interpretação global a crise financeira do capitalismo, que demonstra que apesar das contradições e crises, sua

natureza não muda. Pode-se dizer, ainda, que o triunfo de seus fundamentos e princípios para o campo da geografia econômica se devem mais à ótica revolucionária de sua visão do que ao seu vigor e coerência (CLAVAL, 2013). Mesmo ao incorporar processos territoriais e políticos, não se abstendo aos aspectos puramente econômicos, um grande hiato da teoria de Harvey (2004) é deixar em segundo plano a centralidade da relação entre cultura e imperialismo, sendo que o próprio afirma que “o imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral” (HARVEY, 2004, p. 53).

De acordo com as elucidações apresentadas, o sistema imperial é imbuído por questões econômicas e territoriais. Todavia, se voltarmos o olhar para o modo como a dominação foi imposta nas antigas colônias, a influência de costumes e práticas ocidentais nos territórios dominados nos evidencia uma dimensão notadamente cultural. Estas relações se tornam claras ao analisarmos a obra *Imperialismo e Cultura* de Edward Said (1995), na qual o autor explica e debate como a cultura está intrínseca na formação ideológica do imperialismo.

Segundo Said (1995), as práticas imperialistas se utilizavam de justificativas e figuras retóricas para fortalecer o seu poder. Tais motivações eram sustentadas por um discurso de classes hierárquicas e por formações ideológicas que colocavam os europeus e o ocidente como uma cultura erudita e “superior”. E do outro lado, os nativos e inferiores. Esta relação dicotômica impunha uma situação na qual os discursos faziam crer que os primeiros tinham como dever dominar, enquanto os segundos deviam ser dominados. Este quadro veio acompanhado de notória resistência cultural e afirmação de identidades nacionalistas.

As práticas culturais, que já se demonstravam relevantes no contexto do imperialismo clássico, continuam evidentes no poderio global dos EUA, que para muitos autores se concretiza como o novo Estado Imperial da atualidade. Said (1995) conclui que o que dá aos EUA tamanho poder é a hegemonia e controle que estes possuem dos sistemas de informação. Os EUA controlam a



produção, distribuição e seleção dos meios de comunicação que circulam no mundo. Isto se tornou uma forma de imposição de influências do estilo de vida norte-americano, que são introduzidos nas sociedades de todo o globo terrestre, desde questões religiosas à seriados de televisão. De fato, a partir deste debate, conseguimos perceber que, para compreendermos a formação do sistema imperialista, é preciso analisar, cuidadosamente, cada uma de suas dimensões, sendo a cultura essencial elemento deste processo.

### **Conclusão**

A partir da análise realizada e dos argumentos apresentados, pode-se inferir que as contribuições de Lênin aos estudos do imperialismo devem-se mais ao fato de o autor ter sido um dos primeiros a tratar sobre o assunto, ressaltando algumas de suas principais características. Contudo, sua teoria não consegue representar de modo adequado o imperialismo contemporâneo. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Harvey solidifica-se como uma grande mais valia para este campo de estudos, apesar da falta de coerência em alguns momentos. A relação contraditória entre a lógica territorial e a lógica capitalista do poder consegue abranger grande parte da trama imperialista adotada pelos EUA. Entretanto, a consolidação das ações imperialistas é operada pela dominação da representação de narrativas e pela difusão de crenças e valores por meio da tecnologia de informação e comunicação – como defende Said. A imposição cultural é uma arma das práticas imperialistas que se utilizam de justificativas e retóricas para fortalecer seu poder.

Por fim, acredita-se que, a despeito das diferenças nas abordagens sobre o imperialismo, as distintas teorias, muitas vezes, vêm a complementar uma a outra. Mesmo que ainda não tenha sido sistematizado um diálogo entre as perspectivas levantadas, existe uma complementaridade entre elas, sobretudo no que tange ao lapso cultural deixado por alguns autores. De acordo com o que foi demonstrado ao longo do texto, o imperialismo apresenta um viés econômico, político e cultural, sendo que estas três dimensões devem

ser levadas em conta num estudo sobre a temática para que a pesquisa não se torne tendenciosa e incompleta. Assim, a dimensão cultural manifesta-se também como um fator imprescindível para apreensão do imperialismo.

## Referências

ARENDDT, H. *Imperialism*. Nova Iorque: Harcourt Brace Janovich ed., 1968.

ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CLAVAL, P. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. *Espaço e Economia* [Online], 3 | 2013. Disponível em: URL: <http://espacoeconomia.revues.org/570> ; DOI : 10.4000/espacoeconomia.570 Acesso em: 16 jan 2015.

DELGADO-WISE, R. Forced Migration and US Imperialism: the dialectic of migration and development. *Critical Sociology*, 35, n. 6, 2009, p. 793-810.

DELGADO-WISE, R. The migration and labor question today: imperialism, unequal development, and forced migration. *Monthly Review: an Independent Socialist Magazine*, 64 (9), 2013, p. 25-38.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. In what ways is “the new imperialism” really new? *Historical Materialism*. 15, 3, p. 57-70, 2007.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. 8ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro: 2003.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. FE/Unicamp/Navegando Publicações, 2011.

RUCCIO, D. Globalização e imperialismo. *Crítica Marxista*. São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 20, 2005, p. 49-69.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SMITH, N. The endgame of globalization. *Political Geography*, Volume 25, Issue 1, Janeiro 2006, pag. 1-14, ISSN 0962-6298.